

# PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: A ATUAÇÃO DO CIEB NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Rebeca Tayssa Pinto Marques<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo investiga a influência do setor privado na implementação de políticas públicas voltadas para a educação tecnológica, com foco no papel do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e sua relação com a Fundação Ceibal. O percurso metodológico utilizado é do tipo bibliográfico e documental. A pesquisa explora como o Cieb atua como um braço do setor privado na promoção da digitalização da educação, colaborando com diversas organizações privadas e públicas. Além disso, o artigo analisa a expansão do modelo da Fundação Ceibal para a América Latina e Caribe e como essa colaboração transnacional influencia a educação digital no Brasil. A análise de dados permitiu identificar o percurso adotado pelo Cieb que culminou na implementação da Política de Inovação Educação Conectada no Brasil e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Qualidade: Educação Conectada que materializa essa política nas escolas públicas brasileiras discutindo os impactos dessa atuação sobre a autonomia da educação básica e os desafios da mercantilização do ensino.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Cieb; Fundação Ceibal; Privatização da Educação.

**Abstract:** This article examines the influence of the private sector in the implementation of public policies related to technological education in Brazil, focusing on the role of the Center for Innovation in Brazilian Education (Cieb) and its relationship with the Ceibal Foundation. Based on bibliographic and documentary research, the study analyzes how Cieb operates as a key agent of private interests in promoting the digitalization of public education, in cooperation with public and private institutions. It also explores the transnational expansion of the Ceibal Foundation's model across Latin America and the Caribbean, and how this collaboration shapes digital education policies in Brazil. The findings highlight the role of Cieb in the development of the Connected Education Innovation Policy and its operationalization through the PDDE Quality: Connected Education program. The article discusses the implications of this dynamic for the autonomy of public education and the growing commodification of schooling.

**Keywords:** Public Policies; Cieb; Ceibal Foundation; Privatization of Education.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, orientada pela professora Eliana Felipe.

No campo da educação, a chegada das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (Tdic) começou a ganhar força no final dos anos 1980, nos Estados Unidos. Na década seguinte, essa transformação se expandiu pela Europa, impulsionada pela criação de um mercado voltado exclusivamente para novas tecnologias educacionais (Laval, 2019).

Ao longo do tempo, observou-se a expansão e fortalecimento desse segmento, resultando no que Van Dijk e Poell (2018) denominaram "plataformização da educação". Este fenômeno caracteriza-se pela transferência sistemática de conteúdos educacionais para ambientes digitais, criando condições favoráveis para o desenvolvimento do mercado educacional corporativo *edu business*, que se alinha e se integra progressivamente às orientações mundiais estabelecidas para o setor educacional.

A plataformização da educação se caracteriza pela transformação do processo educativo em um serviço digital mediado por plataformas privadas, um negócio que vem movimentando o mercado de tecnologia em todo o mundo, com enorme crescimento após a pandemia. Este fenômeno é especialmente notável na América Latina, onde iniciativas como a Fundação Ceibal<sup>2</sup>, no Uruguai, e o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb)<sup>3</sup>, no Brasil, desempenham um papel central na definição de políticas públicas voltadas para as tecnologias educacionais.

Neste texto, estamos definindo política como um campo amplo de ações que materializa a intervenção do Estado em diferentes setores da sociedade (Azevedo, 2008). Mas essa ação não ocorre num vazio ideológico e político. O neoliberalismo exerce uma influência significativa nas políticas públicas, promovendo mudanças estruturais e ideológicas que impactam diretamente o papel do Estado, a gestão das instituições, os fins e a qualidade da educação.

No contexto neoliberal, as políticas públicas no âmbito da tecnologias educacionais não envolvem apenas governos e órgãos públicos responsáveis pela formulação, implementação e avaliação das políticas, mas a sociedade civil, especialmente as organizações não governamentais (ONGs) e o setor privado, por intermédio de empresas e instituições que

---

<sup>2</sup> A Fundação Ceibal é uma organização criada pela Ceibal, no Uruguai, cuja missão é incentivar, desenvolver e coordenar projetos de pesquisa, inovação e disseminação de conhecimento sobre tecnologia e aprendizagem em escala global.

<sup>3</sup> O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) é uma organização que atua em parceria com o terceiro setor com objetivo declarado de fomentar a cultura de inovação no ensino público no Brasil.

podem atuar como parceiras ou influenciadoras no processo de formulação e execução das políticas, além de organismos internacionais como a Unesco e instituições financeiras.

Segundo Ball (2007, p. 114), a governança em rede, promovida pelo neoliberalismo, cria arranjos híbridos que envolvem uma mistura de organizações públicas e privadas, fundamentais para a ação política. Esses arranjos "pluricêntricos" não são necessariamente democráticos ou independentes de relações de poder; favorecem a interesses privados sobre os públicos, promovendo novas formas de influência e controle. Nessa perspectiva, referimo-nos à governança para referirmo-nos às transformações na compreensão de governo restrito ao aparelho de Estado, tido como monolítico, para uma pluricêntrica, de governança descentralizada, realizada por redes de múltiplos "atores" (Shiroma e Evangelista, 2014, p. 25).

Sob este contexto de transformações, este trabalho investiga a influência do setor privado, representado pelo CieB, na implementação de políticas públicas voltadas para a educação tecnológica, com ênfase na materialização dessas políticas no Brasil, por meio do PDDE Qualidade: Educação Conectada<sup>4</sup>.

É importante ressaltar que, inicialmente, a pesquisa tinha como foco a análise da atuação do CieB na educação básica. No entanto, à medida que a análise documental avançou e as buscas no site do CieB se intensificaram, evidenciamos a influência da Fundação Ceibal na consolidação do CieB no Brasil. Esse achado redefiniu os rumos da investigação, exigindo um estudo mais aprofundado sobre o histórico e a atuação da Ceibal. Essa nova etapa permitiu identificar um projeto em andamento voltado à plataforma e implantação de políticas públicas para a educação na América Latina e no Caribe. Entretanto, o foco deste trabalho versa apenas sobre a atuação do CieB e sua influência juntamente com o terceiro setor na implementação de políticas públicas voltadas para o uso de tecnologia na educação básica no Brasil.

Nesta perspectiva, o trabalho tem como objetivos principais:

- 1) Compreender como o CieB se relaciona com a Fundação Ceibal;
- 2) Analisar a influência e a implementação de políticas públicas voltadas para o uso de tecnologias digitais no Brasil por meio do CieB;

---

<sup>4</sup> O PDDE Qualidade: Educação Conectada é um Programa do Governo Federal, criado pelo Ministério da Educação em parceria com instituições públicas e privadas, que busca universalizar o acesso à internet e incentivar o uso pedagógico das tecnologias digitais na Educação Básica.

### 3) Evidenciar a materialização do PDDE Qualidade: Educação Conectada na aplicação prática da Política de Inovação Escola Conectada.

A metodologia adotada neste estudo é de caráter bibliográfico e documental. Conforme definido por Severino (2013), a pesquisa bibliográfica consiste numa investigação que se baseia no estudo de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses e outros documentos impressos ou digitais. Em vez de coletar dados diretamente de experimentos ou entrevistas, o pesquisador utiliza informações e teorias desenvolvidas por outros estudiosos, que já foram registradas e analisadas anteriormente. Esses textos servem como base para aprofundar o tema de estudo, permitindo que o pesquisador compreenda diferentes perspectivas e construa sua análise a partir do conhecimento acumulado por outros autores. As principais fontes utilizadas neste estudo incluíram obras teóricas sobre neoliberalismo, redes políticas e plataformização da educação. A pesquisa documental, segundo Severino (2013) compreende a análise de documentos variados, indo além dos materiais impressos tradicionais. Diferente da pesquisa bibliográfica, em que os textos já passaram por análises anteriores, na pesquisa documental os conteúdos ainda são brutos, ou seja, não foram interpretados por outros pesquisadores. Assim, cabe ao pesquisador examinar esses documentos, extrair informações e construir sua própria análise a partir dessa matéria-prima. Com base nos objetivos deste trabalho foram realizadas análises de relatórios disponibilizados nos sites da Fundação Ceibal e do Cieb, bem como documentos do Ministério da Educação e do Governo Federal do Brasil.

Os documentos analisados foram encontrados nos próprios sites do Cieb e da Ceibal, que permitiram identificar as redes políticas, públicas e privadas, portanto, a governança implicada na regulação, gestão e execução de políticas educacionais voltadas para o uso de tecnologias digitais na educação. Por intermédio de documentos e leis que orientam e estruturam as políticas de tecnologia educacional para a educação básica, diagnósticos e indicadores de adoção de tecnologias digitais nas escolas, além das competências digitais dos professores e orientações para implementação de soluções educacionais nas escolas e redes de ensino, configuramos o sistema de governança que atua em favor de um “quase mercado” no âmbito da educação pública.

Para expor os achados resultantes do processo de investigação, organizamos o texto em duas seções, sendo: A fundação Ceibal e sua atuação na América Latina e a A atuação e

influência do Cieb voltada para políticas de uso de tecnologias digitais na educação básica no Brasil. Na primeira seção é realizado um breve histórico sobre origem da Fundação Ceibal, evidenciando sua projeção como referência internacional em educação digital, os vínculos com o setor privado e organismos multilaterais, a atuação estratégica na formulação de políticas educacionais para a América Latina e sua relação com o Cieb, no Brasil. A segunda seção possui como foco apresentar a trajetória e consolidação do Cieb como um dos principais articuladores de políticas públicas voltada para o uso de tecnologias no Brasil evidenciando sua atuação como um braço do setor privado.

## **A FUNDAÇÃO CEIBAL E SUA ATUAÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

A Fundação Ceibal é uma instituição autônoma sediada no Uruguai. Foi criada em 2014 por iniciativa do Centro de Inovação Educacional com Tecnologias Digitais do Estado Uruguaio (Centro Ceibal), com a missão de fomentar a integração das tecnologias digitais no campo educacional, buscando aprimorar os processos de aprendizagem e impulsionar a inovação, a inclusão e o desenvolvimento pessoal. Sua criação foi precedida pelo Decreto 144/007, de 18 de abril de 2007, que estabeleceu o *Plan Ceibal* (Projeto de Conectividade Educacional e Informática Básica) e consiste em um programa pioneiro que visava universalizar o acesso à tecnologia nas escolas públicas. Desde então, a Fundação tem se destacado na elaboração de propostas pedagógicas mediadas por tecnologias, conquistando reconhecimento e influência internacional.

O programa é inspirado no programa americano *One Laptop Per Child* (OLPC) desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology cujo objetivo era entregar um computador a cada criança, Larrouqué (2013) promovendo, assim, a inovação e inclusão por meio de ferramentas digitais. O autor ainda destaca que a constituição do Plan Ceibal, no Uruguai, ocorre mediante a uma “janela de oportunidades” Kingdom (2003) onde o presidente socialista Tabaré Vasquez consegue derrotar os partidos tradicionais, além de obter uma avaliação positiva de seu governo perante a opinião pública, após conseguir superar a crise econômica em 2002, que o levou a um contexto político favorável para implantação da política pública no país.

Entretanto, a atuação é marcada pela colaboração com entidades privadas e organismos internacionais, que influenciam diretamente as políticas educacionais. A





Fonte: Ceibal. Sistematizado pela autora.

É importante destacar que a Coalizão Mundial para a Educação (CME)<sup>5</sup>, articulada pela Unesco, também possui parcerias com diversos segmentos do setor privado, Figura 3, ligados direta e indiretamente à plataformização e à privatização da educação (Unesco, 2024). Dentre os principais parceiros do setor tecnológico estão as *Big Techs* como Facebook, Microsoft e Google, que concentram uma enorme quantidade de dados em seus bancos deixados por seus usuários, obtendo assim o poder de moldar o comportamento humano (ZUBOFF, 2020).

Figura 3: Membros da Coalizão do Setor Privado na América Latina



Fonte: Ceibal. Sistematizado pela autora.

<sup>5</sup> A CME foi criada em 2020, diante da emergência sanitária provocada pelo Covid-19, com o objetivo de “mitigar os impactos da pandemia na educação e mobilizar apoio e coordenar respostas em diferentes escalas local, nacional, regional e mundial a fim de garantir a continuidade do aprendizado”.

No Brasil, evidenciou-se que o Cieb tem atuado como parceiro estratégico da Fundação Ceibal. Essa parceria teve seu início na primeira reunião da *Red Adela*, organizada pela Ceibal, em 2019, e co-organizada pela Fundação Omar Dengo (FOD)<sup>6</sup>, com o apoio do IDRC Canadá e do BID, onde o Cieb teve uma participação significativa ao apresentar os instrumentos que desenvolve no campo das tecnologias digitais para a educação. Nesta ocasião, a FOD demonstrou interesse pelo instrumento de Autoavaliação das Competências Digitais de Professores<sup>7</sup>, firmando um acordo e consolidando o Cieb como parceiro estratégico da Fundação Ceibal no Brasil.

Segundo Ball (2008, p. 747), as redes políticas atuam na validação de novos discursos políticos e na viabilização de novas formas de influência política, necessárias à manutenção da hegemonia, promovendo mudanças estruturais e ideológicas que impactam diretamente o papel do Estado, a gestão das instituições, os fins e a qualidade da educação pública, que analisamos na próxima seção.

## **A ATUAÇÃO E INFLUÊNCIA DO CIEB VOLTADA PARA POLÍTICAS DE USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

Para compreender a influência do Cieb no que tange a reformulação das políticas públicas para a educação tecnológica no Brasil fez-se necessário explorar o percurso histórico que data desde a sua criação. Sendo assim, neste eixo traçaremos o marco histórico e as ações desenvolvidas que se materializaram no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Qualidade: Educação Conectada.

Fundado em 2016, o Cieb se apresenta como uma organização sem fins lucrativos com “a missão de fomentar a cultura da inovação no ensino público do Brasil” (Cieb, 2020). Seu financiamento provém do terceiro setor, tendo a Fundação Lemann e o Instituto Natura como seus mantenedores assíduos desde sua fundação até os dias atuais, como observado no Quadro 1.

---

<sup>6</sup> Localizada na Costa Rica, A FOD é uma fundação que se propõe a desenvolver projetos para a integração das tecnologias na educação da Costa Rica e América Latina.

<sup>7</sup> Plataforma voltada para professores realizarem sua autoavaliação e identificarem suas necessidades quanto ao uso de tecnologias em sala de aula.

**Quadro 1 - Principais parceiros do Cieb**

| <b>ANO</b> | <b>Mantenedores do Cieb</b>                                                                                                              |
|------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2016       | Instituto Natura; Instituto Península; Fundação Lemann; Instituto Sonho Grande; Fundação Roberto Marinho e Instituto Inspirare.          |
| 2017       | Fundação Lemann; Instituto Península; Itaú Social; Instituto Natura; Instituto Sonho Grande e Fundação Roberto Marinho.                  |
| 2018       | Instituto Lemann; Instituto Natura; Itaú Social e Instituto Península.                                                                   |
| 2019       | Instituto Lemann; Instituto Natura; Itaú Social; Instituto Península e Omidyar Network.                                                  |
| 2020       | Instituto Lemann; Instituto Natura; Itaú Social; Instituto Península; Fundação Telefônica Vivo e Omidyar Network.                        |
| 2021       | Instituto Lemann; Instituto Natura; Itaú Social; Instituto Península; Fundação Telefônica Vivo; Cisco Systems e Instituto General Motors |
| 2022       | Instituto Lemann; Instituto Natura; Itaú Social; Fundação Telefônica Vivo; Cisco Systems e Instituto General Motors                      |
| 2023       | Instituto Natura; Instituto Lemann; Fundação Itaú Social; Fundação Telefônica Vivo; Instituto General Motors e Imaginable Futures        |
| 2024       | Instituto Natura; Instituto Lemann; Itaú Social; Fundação Telefônica Vivo; Instituto Sonho Grande; Instituto Unibanco e B3 Social.       |

**Fonte:** Cieb. Sistematizado pela autora.

O Cieb também mantém parcerias técnicas com órgãos estatais, como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e o Ministério da Educação (MEC).

Dessa forma, o Cieb atua na interseção entre o Estado e empresas interessadas em investir na criação e no aprimoramento de tecnologias voltadas para a educação, tornando-se um ator central no desenvolvimento de políticas públicas educacionais e influenciando áreas como gestão, formação de professores, currículo, competências, produção de recursos didáticos, entre outros.

Como se pode observar, há uma forma de privatização da educação pública sendo impulsionada por redes políticas de empresários, organizações sociais, grupos econômicos, instituições financeiras e organismos multilaterais interessados em ampliar mercados de soluções tecnológicas para a educação. Essa forma de governança opera uma reconfiguração do papel do Estado, por vezes facilitada por conjunturas sociais, políticas e econômicas.

Assim como o Plan Ceibal teve a “janela de oportunidades” Kingdom (2003) em

decorrência do contexto político favorável no Uruguai que culminou em sua implantação como aponta Larrouqué (2013), no Brasil a pandemia do Covid-19 foi a janela de oportunidade política encontrada pelo Cieb para implantação de Política de Inovação e Educação Conectada para a educação básica.

Ao analisar o percurso traçado pelo Cieb na implementação da Política de Inovação e Educação Conectada, foi possível observar que este tem suas raízes em 2016, ano de criação do Cieb, com o lançamento do Guia Edutech Diagnóstico, que consiste em uma ferramenta digital que verifica o nível de adoção de tecnologias nas escolas públicas. Segundo o Cieb (2022), “a ferramenta foi utilizada em 2016, por 14 redes de ensino estaduais e o Distrito Federal em parceria com o Consed”, o que confirma as análises documentais realizadas.

Ainda em 2016, o Cieb publica o seu primeiro estudo encomendado, em que realiza um mapeamento de programas e linhas que poderiam financiar ações voltadas para a educação tecnológica. Nesse sentido, pode-se dizer que a criação do Guia Edutech diagnóstico e o estudo de mapeamento de programas e linhas de financiamento foram o pontapé inicial que consolidou a influência do Cieb no que tange às políticas voltadas para a educação básica.

Essa influência na formulação de políticas públicas voltadas para o setor educacional se materializa em diversas iniciativas como: Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa de Inovação e Educação Conectada (Piec), sendo este último o foco deste trabalho, que foi instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017 e possui como objetivo “expandir o acesso à internet nas escolas públicas e integrar o uso de tecnologias digitais ao cotidiano educacional” (Brasil, 2017). Como se pode observar, as redes de política influenciam as definições das prioridades da educação e, por meio da própria atividade reguladora do Estado, operam interesses econômicos e privatizantes que impactam diretamente as políticas educacionais.

Nessa direção, a atuação do Cieb se insere em um contexto mais amplo, integrando o conselho consultivo de transformação digital da educação, constituído pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018, que estabelece o Sistema Nacional para a Transformação Digital e define uma estrutura de governança para a implementação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, revogado pelo Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024, que Institui o Comitê Interministerial para a Transformação Digital. Essas normativas reforçam a participação de atores privados na condução desse processo, aproximando a gestão

educacional dos interesses mercadológicos do setor tecnológico.

Ainda em 2018, o Cieb assumiu um papel estratégico ao prestar assessoria técnica para o programa BNDES: Educação Conectada - Implementação e Uso de Tecnologias Digitais na Educação, uma iniciativa do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em parceria com o MEC. Como resultado dessa atuação, a ferramenta foi utilizada em mais de 20 mil escolas em todo o país, abrangendo todas as redes estaduais de ensino, o Distrito Federal e algumas redes municipais.

No ano de 2019, por meio da parceria com o Ministério da Educação (MEC), a ferramenta foi integrada ao Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), sendo acessada e respondida por mais de 80 mil escolas públicas em todo o país.

Em 2020, o Cieb, em parceria com o ProFuturo<sup>8</sup> impulsionou a expansão internacional do Guia Edutec Diagnóstico ao disponibilizá-lo como uma plataforma de código aberto. Com essa iniciativa, a ferramenta passou a estar acessível para uso livre e gratuito em diversos países, permitindo que qualquer organização a adotasse e adaptasse às suas realidades educacionais. Para ampliar seu alcance global, o guia foi traduzido para francês, inglês e espanhol, além do português, facilitando sua implementação em diferentes contextos. A abertura do código permitiu que o ProFuturo e o BID estruturassem um plano de disseminação da ferramenta, com o objetivo de levá-la a cerca de 40 países na América Latina, no Caribe e na África.

Dessa forma, o Guia Edutec Diagnóstico não apenas se consolidou no Brasil como também tornou-se uma referência internacional no uso de tecnologias educacionais, ampliando a influência do Cieb e de seus parceiros na promoção de políticas de cultura e inovação do ensino em escala global.

É somente em 2021, num contexto em que o Brasil ainda buscava se reerguer da Pandemia da Covid-19 e a maioria das escolas ainda estavam funcionando na modalidade de aulas remotas, que por meio da Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, a Política de Inovação e Educação Conectada é institucionalizada, conferindo caráter permanente às diretrizes do programa e reforçando a presença das tecnologias digitais como eixo estruturante da educação pública.

Vale ressaltar que a implementação do Picc ocorreu em três etapas. A primeira,

---

<sup>8</sup> ProFuturo: Trata-se de um programa de educação digital, desenvolvido pela Fundação Telefônica e pela Fundação “la Caixa”, com o propósito de minimizar as desigualdades educacionais em regiões como América Latina, Caribe, África e Ásia.

denominada fase de indução, foi desenvolvida no período de 2017-2018. Essa fase dedicou-se à estruturação e lançamento da iniciativa, estabelecendo a meta de atender 44,6% dos estudantes da educação básica. Em seguida, a fase de expansão, que ocorreu no período de 2019-2021, marcada pela ampliação para 85% dos alunos, além de iniciar a avaliação dos impactos do programa. Por fim, a fase de sustentabilidade, que foi desenvolvida entre o período de 2022-2024 e objetivou atingir 100% dos estudantes da educação básica, consolidando a iniciativa como uma Política de Inovação e Educação Conectada.

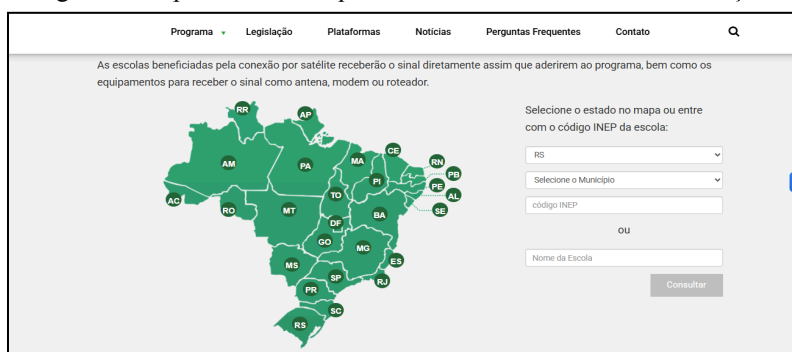
O Píec faz parte do PDDE Qualidade: Educação Conectada, um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que repassa recursos financeiros às escolas públicas de educação básica das redes estaduais, municipais e distritais. Seu objetivo “é universalizar o acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (Brasil, 2021), fortalecendo as políticas públicas da Secretaria de Educação Básica para a melhoria da qualidade do ensino.

Segundo o MEC (2025), foram investidos cerca de 450 milhões de reais para 102.571 escolas no ano de 2024. Nesse sentido, a análise do processo de criação do Cieb e suas principais ações à implementação da Política de Inovação e Educação Conectada permitiu concluir que o PDDE Qualidade: Educação Conectada se constitui como uma materialização dessa política articulada e fomentada pelo Cieb e seus parceiros, evidenciando a influência destes setores na educação básica.

Para melhor entendimento da materialização dessas políticas nas escolas, foram realizados estudos sobre o valor dos recursos que as escolas receberam. Entretanto, ao buscar informações sobre as escolas verificamos que o site não fornecia dados recentes dos recursos que as escolas receberam, sendo possível consultar apenas os recursos recebidos entre 2018 e 2019.

Os dados podem ser consultados no site da Educação Conectada e a consulta pode ser realizada de três modos: estado; município; código Inep ou nome da escola, como mostra a figura 4.

Figura 4: Mapa das escolas que receberam recursos PDDE Educação Conectada.



Programa Legistação Plataformas Noticias Perguntas Frequentes Contato

As escolas beneficiadas pela conexão por satélite receberão o sinal diretamente assim que aderirem ao programa, bem como os equipamentos para receber o sinal como antena, modem ou roteador.

Selecione o estado no mapa ou entre com o código INEP da escola:

RS

Selecione o Município

código INEP

OU

Nome da Escola

Consultar

**Fonte:** MEC/Escola Conectada.

Assim, buscamos rastrear esses recursos no FNDE: PDDE Infoescola. A consulta por esta plataforma é realizada utilizando filtros como: Ano; Código da escola; CNPJ; Rede de ensino; UF e Município. Nesse sentido, filtramos a busca do seguinte modo: Ano de 2022; Rede de ensino municipal, Estado do Pará e Município de Belém.

A consulta à plataforma permitiu acessar uma planilha com dados mais recentes das escolas municipais que receberam os recursos no ano de 2022, além de dados sobre os diversos tipos de programas que as escolas participam e os respectivos valores recebidos por cada um deles. Entretanto, como o foco do trabalho versa sobre os recursos do PDDE Qualidade: Educação Conectada, sistematizamos os dados encontrados apenas com os valores do respectivo programa, que pode ser observado no Quadro 2.

Ao analisar os respectivos valores que cada escola recebeu foi possível verificar que os valores destinados para o PDDE Qualidade: Educação conectada não costumam passar o montante de R\$3.892, 00. Conforme a Portaria nº 126 de 21 de julho de 2022 que regulamenta a destinação de recursos, a seleção das escolas beneficiadas é baseada nos dados do Censo Escolar de 2021, sendo necessário que a instituição esteja em funcionamento, tenha pelo menos um aluno matriculado, possua rede elétrica e disponha de Unidade Executora (UEX) própria. Entretanto, esse limite do teto de recursos levanta questionamentos se o programa realmente responde ao objetivo que se propõe e sobre a presença e demasiada relevância que o setor privado possui a ponto de conseguir articular e formular a implementação de uma política em um país, como o Brasil, para tão pouco retorno material às escolas públicas brasileiras.

**Quadro 2:** Escolas Municipais de Belém-PA que receberam recursos do PDDE Qualidade: Educação Conectada no ano de 2022

| DEMONSTRATIVO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE BELÉM-PA QUE RECEBERAM RECURSOS DO PDDE QUALIDADE: EDUCAÇÃO CONECTADA NO ANO DE 2022 |          |             |             |          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|-------------|-------------|----------|
| ESCOLA                                                                                                                      | COD.     | VL. CUSTEIO | VL. CAPITAL | TOTAL    |
| EMEIF INES MAROJA                                                                                                           | 15039269 | 2.250,00    | 1.642,00    | 3.892,00 |
| EMEIF AMALIA PAUMGARTTEN                                                                                                    | 15040682 | 1.788,80    | 2.103,20    | 3.892,00 |
| EMEIF AMANCIA PANTOJA                                                                                                       | 15040690 | 1.800,00    | 1.528,00    | 3.328,00 |
| EMEIF PROF MIGUEL PERNAMBUCO FILHO                                                                                          | 15040720 | 0           | 3.892,00    | 3.892,00 |
| EMEIF ROTARY                                                                                                                | 15040780 | 1.548,00    | 2.344,00    | 3.892,00 |
| EMEF MANUELA FREITAS                                                                                                        | 15040798 | 1.200,00    | 2.692,00    | 3.892,00 |
| EMEIF ALMERINDO TRINDADE                                                                                                    | 15040852 | 3.892,00    | 0           | 3.892,00 |
| EMEF NESTOR NONATO LIMA                                                                                                     | 15040836 | 1.500,00    | 2.392,00    | 3.892,00 |
| EMEIF ERNESTINA RODRIGUES                                                                                                   | 15040909 | 1.548,00    | 1.780,00    | 3.328,00 |
| EMEIF ALZIRA PERNAMBUCO                                                                                                     | 15040860 | 1.548,00    | 2.344,00    | 3.892,00 |

Fonte: FNDE.

Essa relação suscita um debate necessário: até que ponto essa cooperação fortalece a educação pública ou abre caminho para a mercantilização do ensino? A influência do setor empresarial pode direcionar as políticas para interesses que nem sempre convergem com as necessidades sociais e pedagógicas da educação pública, comprometendo sua autonomia e seu caráter democrático.

A atuação do Cieb como um braço do setor privado na implementação de políticas públicas voltadas para educação básica brasileira e sua atuação em rede com a Fundação Ceibal expõe o projeto neoliberal voltado à mercantilização do ensino das escolas públicas e o plano em curso na América Latina, que limita a autonomia das instituições educacionais.

Diante disso, é fundamental que essas parcerias sejam analisadas criticamente, garantindo que as decisões sobre a educação sejam tomadas com transparência, participação social e em benefício da escola pública como um direito, e não como um nicho de mercado.

### **Considerações finais**

A pesquisa realizada evidenciou a atuação estratégica do Cieb na implementação de políticas públicas voltadas para o uso de tecnologias digitais na educação básica no Brasil, num modelo de governança em que o Cieb, o que inclui os seus parceiros, produz o diagnóstico, gera a necessidade e propõe a solução. Ao longo da investigação, foi possível compreender que o Cieb não opera de forma isolada, mas sim, em colaboração com diversos atores do setor privado e organismos internacionais, destacando-se a parceria com a Fundação Ceibal. Essa relação configura um modelo transnacional de influência sobre as políticas educacionais, inserindo a educação brasileira em um movimento global de plataformização e mercantilização do ensino.

A análise evidenciou que a atuação do Cieb, incidiu sobre a institucionalização do Programa de Inovação e Educação Conectada. A institucionalização dessa política se materializa no PDDE Qualidade: Educação Conectada, fortalecendo o papel do Cieb como um dos principais articuladores da rede de políticas do qual é um ator estratégico. Se é inegável o poder político da governança que movimenta as decisões sobre tecnologia educacional, os valores repassados às escolas, conforme demonstrado, levantam questionamentos sobre a real efetividade do programa para transformar, de maneira significativa, a infraestrutura tecnológica das instituições públicas de ensino.

Os achados apontam que, longe de ser um fenômeno neutro, a “educação conectada” está inserida em uma dinâmica que fortalece a influência do setor privado na definição das diretrizes educacionais. Essa realidade impõe desafios significativos à autonomia da educação pública, colocando em evidência o risco de que interesses mercadológicos se sobreponham às necessidades pedagógicas e sociais das escolas.

Dessa forma, este estudo contribui para o debate sobre a privatização da educação por meio da tecnologia, alertando para a necessidade de uma maior transparência e controle social na formulação e implementação das políticas para este setor. Ao mesmo tempo, reforça a importância de repensar o uso de tecnologias digitais na educação a partir de uma perspectiva que valorize o interesse público e a construção democrática, inclusiva e equitativa de suas políticas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. M. L. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. 79 p.

BALL, S. J. **Education plc: Understanding private sector participation in public sector education**. Abingdon, UK: Routledge, 2007.

BALL, S. J. **New philanthropy, new networks and new governance in education. Political Studies**, London, v. 56. p. 747-765, dez. 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. Institui o programa de inovação educação conectada e dá outras providências. Brasília, DF: **Planalto**, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Brasília, DF: **Planalto**, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm). Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024. Institui o comitê interministerial para a transformação digital. Brasília, DF: **Planalto**, 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12308.htm#art14](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Decreto/D12308.htm#art14). Acesso em: 28 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. Institui a política de inovação educação conectada. seção 1, Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2021. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.180-de-1-de-julho-de-2021-329472130>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. Consultas de escolas que receberam recursos PDDE Educação Conectada.

**Ministério da Educação**. Disponível em:

<https://educacaoconectada.mec.gov.br/consulta-pdde>. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Guia completo de recebimento, execução e prestação de contas dos recursos da política de inovação educação conectada. **Ministério da Educação**. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/PIEC2023GuiacompletopararecebimentoexecuoeprestaodecontasdaPIEC.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRASIL. Manual de conectividade educação conectada. **Ministério da educação**. Disponível em:

[https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/manual\\_conectividade\\_edu\\_conectada\\_2704.pdf](https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/manual_conectividade_edu_conectada_2704.pdf). Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Portaria MEC nº 834, de 24 de agosto de 2018. Institui o Comitê Consultivo do Programa de Inovação Educação Conectada. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2018.

Disponível em: [https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/portaria\\_834\\_24082018.pdf](https://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/portaria_834_24082018.pdf). Acesso em: 25. out. 2024.

BRASIL. Portaria MEC nº 126, de 21 de julho de 2022. Define critérios da Política de Inovação Educação Conectada (Piec) para repasse de recursos financeiros às escolas públicas de educação básica, no ano de 2022. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2022.

CENTRO CEIBAL. **Aprendiendo del futuro**. In: BIBLIOTECA País. Editora Ceibal: Montevideu, 2024. Disponível em:

<https://bibliotecapais.ceibal.edu.uy/info/aprendiendo-del-futuro-00021486>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CENTRO CEIBAL. **Plan estrategico 2021-2025**. In: TRANSPARÊNCIA. Montevideu, 2025. Disponível em:

<https://documentos.ceibal.edu.uy/portal/2023/02/plan-estrategico-Ceibal-digital.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

CENTRO CEIBAL. **Marco normativo específico**. In: TRANSPARÊNCIA. Montevideu, 2025. Disponível em:

[https://documentos.ceibal.edu.uy/portal/2023/02/38-3\\_Marco-normativo-juridico.pdf](https://documentos.ceibal.edu.uy/portal/2023/02/38-3_Marco-normativo-juridico.pdf). Acesso em 16 nov. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Cieb integra comitê consultivo do Programa Inovação Educação Conectada**. São Paulo: Cieb, 2018.

Disponível em:

<https://cieb.net.br/cieb-integra-comite-consultivo-do-programa-de-inovacao-educacao-conectada/>. Acesso em: 25 out. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Cieb integra conselho consultivo para a transformação digital**. São Paulo: Cieb, 2018. Disponível em: <https://cieb.net.br/cieb-integra-o-conselho-consultivo-para-a-transformacao-digital/>. Acesso em: 25 out. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Estudos 6: Compras governamentais e inovação**. São Paulo: CIEB, 2018. E-book em pdf.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Escola conectada**. Disponível em: <https://cieb.net.br/jornada-escola-conectada/>. Acesso em: 28 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2016**. Disponível em: [https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2017/04/CIEB\\_relatorio-de-atividades\\_2016.pdf?i=1](https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2017/04/CIEB_relatorio-de-atividades_2016.pdf?i=1). Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2017**. Disponível em: [https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio\\_2017\\_PDF\\_pagina-a-pagina.pdf?i=1](https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/04/Relatorio_2017_PDF_pagina-a-pagina.pdf?i=1). Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2018**. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2019/06/Relat%C3%B3rio-Anual-de-Atividades-2018-final.pdf?i=1>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2019**. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2020/06/WEB-Relat%C3%B3rio-Anual-de-Atividades-2019.pdf?i=1>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2020**. Disponível em: <https://relatorios.cieb.net.br/2020/index.html>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2021**. Disponível em: <https://relatorios.cieb.net.br/2021/index.html>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2022**. Disponível em: <https://relatorios.cieb.net.br/>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2023**. Disponível em: [https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-Anual-CIEB-2023\\_Completo\\_web\\_vf.pdf](https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-Anual-CIEB-2023_Completo_web_vf.pdf). Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório de atividades 2024**. Disponível em:

<https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2025/03/2025-03-14-RelatorioAnual2024-CIEB.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2024.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **Relatório Guia Edutech:** diagnóstico do nível de adoção de tecnologias nas escolas públicas brasileiras. São Paulo: Cieb, 2022. Disponível em: <https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2022/12/2022-12-12-Relatorio-Guia-Edutec.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2025.

DUTRA, F. F. **Janela de oportunidades e a agenda prioritária do Ministério da Economia para a retomada Pós-Covid-19.** In: REPOSITÓRIO Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/536093f9-239d-4066-8b53-5ebbb274b017/content>. Acesso em: 15 fev. 2025.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PDDE Info. Disponível em: [https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar?ano=2022&co\\_escola=&cnpi=&co\\_esfera\\_adm=2&sg\\_uf=PA&co\\_municipio\\_fnde=150140&consultar=Consultar](https://www.fnde.gov.br/pddeinfo/pddeinfo/escola/consultar?ano=2022&co_escola=&cnpi=&co_esfera_adm=2&sg_uf=PA&co_municipio_fnde=150140&consultar=Consultar). Acesso em: 28 mar. 2025.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternatives and public policies.** 2. ed. Ann Arbor: University of Michigan, 2003. 240 p.

LARROUQUÉ, D. La implementación del Plan Ceibal: coaliciones de causa y nueva gerencia pública en Uruguay. **Revista uruguaya de ciencia y política.** In: RESEARCHGATE. Uruguai, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277336049\\_LA\\_IMPLEMENTACION\\_DEL\\_PLAN\\_CEIBAL\\_COALICIONES\\_DE\\_CAUSA\\_Y\\_NUEVA\\_GERENCIA\\_PUBLICA\\_EN\\_URUGUAY](https://www.researchgate.net/publication/277336049_LA_IMPLEMENTACION_DEL_PLAN_CEIBAL_COALICIONES_DE_CAUSA_Y_NUEVA_GERENCIA_PUBLICA_EN_URUGUAY). . Acesso em: 25 fev. 2025.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019. 328 p.

LAVAL, C.; DARDOT, P. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 426 p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SHIROMA, E. O.; ESTADO, Olinda Evangelista. Estado, Capital e Educação: Reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras On-line**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21-38, mai/ago. 2024.

UNESCO. **Coalición Mundial para la educación:** Crear sinergias y ayudar a vincular las necesidades educativos de los diferentes países con los recursos y servicios propuestos por los miembros de la Coalición. Disponível em: <https://www.unesco.org/es/global-education-coalition>. Acesso em 23 out. 2024.

URUGUAI. Decreto n° 144/007: Creación del Proyecto Ceibal "Proyecto de conectividad educativa de informática básica para el aprendizaje en línea". Montevideú, MVD: **Diário oficial**, 2007. Disponível em: <https://www.impo.com.uy/diariooficial/2007/04/26/20>. Acesso em: 17 dez. 2024.

VAN DIJCK, J.; POELL, T. **Social Media Platforms and Education**. In: Burgess, Jean; Marwick, Alice; Poell, Thomas (Ed). The SAGE Handbook of Social Media. S.I; SAGE Publications Ltd, 2018.